

DESPACHO N.º 16/2020/P

PANDEMIA COVID-19

UTILIZAÇÃO CONDICIONADA DOS ESPAÇOS VERDES

Na sequência da qualificação pela Organização Mundial de Saúde da emergência de saúde pública ocasionada pela doença COVID-19 como uma pandemia Internacional, constituindo uma calamidade pública, o Presidente da República declarou, no passado dia 18 de março, o estado de emergência em todo o território nacional, declaração que veio a ser renovada em 2 de abril e em 17 de abril, com termo às 23:59 horas do dia 2 de maio de 2020.

Na vigência do estado de emergência, a Câmara Municipal implementou várias medidas excecionais, entre as quais, a suspensão das feiras e mercados e a interdição da utilização das áreas verdes sob a gestão municipal.

Na sequência da cessação do estado de emergência, e atendendo à situação epidemiológica da COVID-19, foi declarada a situação de calamidade em todo o território nacional por Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020, de 30 de abril, mantendo-se, no essencial, as medidas adotadas durante o estado de emergência, a par de um elenco menos intenso de restrições a implementar de forma gradual.

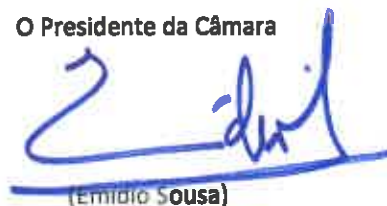
Neste contexto, recai sobre os cidadãos o dever cívico de recolhimento domiciliário, que se devem abster de circular em espaços e vias públicas e permanecer no respetivo domicílio, exceto para as deslocações e atividades elencadas na referida resolução, destacando-se, de entre estas, as deslocações de curta duração para efeitos de fruição de momentos ao ar livre e a atividade física e prática desportiva individual e ao ar livre.

Assim, **determino a reabertura dos parques e espaços verdes sob gestão municipal**, a partir do próximo dia 6 de maio, cuja utilização, nos termos do artigo 16.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020, de 30 de abril, deve obedecer às seguintes regras:

1. É permitida a prática da atividade física e desportiva em contexto não competitivo e ao ar livre, desde que cumpridas as seguintes condições:
 - a) Respeito de um distanciamento mínimo de 2 metros entre cidadãos, para atividades que se realizem lado-a-lado, ou de 4 metros, para atividades em fila;
 - b) Impedimento de partilha de materiais e equipamentos, incluindo sessões com treinadores pessoais;
2. É permitido o exercício de atividade física e desportiva **até 5 praticantes** com enquadramento de um técnico, ou a prática de atividade física e desportiva recreacional **até 2 praticantes**;
3. Excetuam-se dos limites estabelecidos no número anterior os atletas profissionais ou de alto rendimento.

Santa Maria da Feira, 5 de maio de 2020

O Presidente da Câmara



(Emílio Sousa)